

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto Operacional

O Instituto Metodista de Ensino Superior - IMS, fundado em 21 de julho de 1970 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
 - II) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
 - III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
 - IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
 - V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
 - VI) Ministrando programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
 - VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
 - VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
 - IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
 - X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMS, de conformidade com a legislação vigente;
 - XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
 - XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
 - XIII) Difundir a cultura física e desportiva; e
 - XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.
-

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

O IMS responde pelas operações da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), através dos campi Planalto, Rudge Ramos e Vergueiro e dos Colégios Metodistas com unidades em Bertiooga, Itapeva e São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. O Instituto também agrega a Educação a Distância (EaD), presente em polos avançados em 17 estados e no Distrito Federal, que tem como sede o campus Rudge Ramos.

1.1. Impostos, contribuições e programa de bolsas

(i) Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido

O Instituto, em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal;

(ii) Programa de integração social - PIS

O Instituto, por ser instituição sem fins lucrativos e filantrópica, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

(iv) Contribuição patronal ao instituto nacional do seguro social - INSS

O Instituto possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, deferido sob concessão por três anos através da Portaria nº 1.033 de 02/10/2017. Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia é isento de recolhimento da cota patronal do INSS.

(v) Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN

O Instituto goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.2. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2020, o Instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 238.577.346 (R\$ 172.634.969 negativo em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido positivo de R\$ 153.166.245 (R\$ 189.513.872 positivo em 31 de dezembro de 2019).

Durante o exercício de 2020, a Educação Metodista focou seus esforços em medidas de contenção para os fortes impactos econômicos do segmento educacional decorrentes da pandemia de COVID-19, diante da decretação de estado de pandemia, pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, e no Brasil, através do decreto legislativo nº 6 de 20/03/2020, onde foi estabelecido estado de calamidade pública.

Especificamente no segmento educacional, o Ministério da Educação, autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas para mitigar a propagação do COVID-19, inicialmente com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância. Dessa forma, a partir do dia 23 de março, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores.

Diante deste cenário foram tomadas no 1º trimestre ações na área trabalhista relacionadas à possibilidade de redução de carga horária e suspensão de contrato de trabalho por parte das empresas, com benefício emergencial desemprego pago pelo governo, na área tributária, com prorrogação de prazos de recolhimentos e obrigações acessórias, e na área econômica, a instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das operações. Todavia, a redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, geraram aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral.

Todos esses fatores impactaram no aumento da evasão e da inadimplência, com o conseqüente aumento da pressão no fluxo de caixa, que combinados com o aumento de processos de judicialização enfrentados, culminou em profundas alterações, desde a composição da

Alta Administração até em medidas de descentralização e suspensão de atividades de unidades e cursos deficitários. Mais especificamente a partir do 4º trimestre, a Administração passou a avaliar as possibilidades de solução para o cenário apresentado, ponderando a necessidade de ações, dentre as quais, as de vias extrajudiciais não se mostraram suficientes para garantir a sustentabilidade necessária, e então definiu-se como alternativa viável para manter o equilíbrio da continuidade das operações educacionais, o pedido de recuperação judicial, visando sustentar a melhoria constante da prestação de serviços, condição fundamental para que os compromissos financeiros sejam honrados.

Os desdobramentos decorrentes da medida adotada estão descritos na nota explicativa nº 30 - Eventos Subsequentes.

Paralela a ação sob a ótica financeira, em 2020 a Administração atuou densamente no fortalecimento da identidade e cultura local da instituição, e em melhorias na prestação dos serviços educacionais, dentre os quais destaca:

Educação Básica

- Avaliação de materiais didáticos.
- Ciclos formativos. Espaços para atualização e debate de temas pedagógicos emergentes.
- GT Educação Infantil. Busca o debate e atualização pedagógica a respeito das concepções e práticas abordadas pela BNCC.
- GT Bilinguismo. Encontros com os/as docentes visam o debate sobre a prática educativa e a vivência do Programa em sua totalidade.
- Suporte tecnológico e metodológico para aulas híbridas.
- Maior divulgação dos diferenciais e atividades em redes sociais.
- Proposta de Novo Ensino Médio em integração com o Ensino Superior.

Ensino Superior

- Supressão de cursos deficitários.
 - Redefinição do ato de atribuição de aulas.
 - Redefinição das estruturas organizacionais.
 - Curricularização da Extensão e Reformulação Curricular.
 - Formatação do Programa Institucional de Nivelamento.
 - GT Documentos Institucionais.
 - Monitoramento do Censo da Educação Superior 2020 para melhoria da qualidade e performance no Cálculo Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC).
 - Planejamento Acadêmico Orçamentário.
 - Revisão de portfólio de graduação e pós-graduação.
-

Ensino a Distância

- Novo modelo pedagógico para cursos de graduação e pós-graduação. Designado como modelo e-Synch, com foco na interação entre alunos e professores, a Instituição investiu na criação de aulas síncronas e material didático exclusivo para os estudantes. Ao todo, 38 cursos são oferecidos.
- Ampliação do número de polos EAD para estar presente em todos os estados do país e nos 100 maiores municípios brasileiros.
- Autorização do curso de Direito EAD. A Comissão de Avaliação do INEP/MEC atribuiu o conceito máximo positivo na autorização do curso, onde foram solicitadas 360 vagas anuais. Falta apenas emissão da portaria pela Secretaria de Regulação do Ensino Superior (SERES/MEC).
- Programa Embaixadores da Educação. Iniciativa para ampliar a captação pelo chamado marketing em rede.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC Full) e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002, R1).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda

funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação.

2.2.2. Apresentação do Resultado Abrangente

As demonstrações do resultado abrangente referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (nota explicativa nº19).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que as obrigações contratuais de desempenho são cumpridas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos

no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários).

As perdas estimadas/esperadas com crédito de liquidação duvidosa, segundo a NBC TG 48 (CPC 48) / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A perda estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 7.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Arrendamentos

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a NBC TG 06 (R2) (CPC 06 (R2)) / IFRS 16 - Arrendamentos objetiva fornecer base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto. Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período, em troca de uma contraprestação.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação quando é disponibilizado para o Instituto;
- O Instituto tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período contratual;
- O Instituto tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Na data de início do arrendamento, o Instituto reconhece, no seu balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Subsequentemente, reconhece a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização sobre o direito de uso do ativo.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Instituto e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O Instituto amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento pelo prazo do arrendamento.

Na data de início, o Instituto mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa

de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, utiliza-se taxa incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido.

A Instituição utilizou a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicou requerimentos da norma de arrendamento a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 01 de janeiro de 2019. Sendo assim, não serão reapresentadas informações e saldos em base comparativa.

2.2.9. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

2.2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.12. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.13. Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Banco - Contas correntes	1.803.803	505.659
Aplicações financeiras	257.474	211.894
Caixa	238.595	80.878
	2.299.871	798.431

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

As aplicações financeiras referem-se a Títulos de Capitalização - Banco Santander. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

4. Mensalidades a receber

Descrição	2020	2019
Mensalidades a receber (a)	23.169.263	27.016.838
Bolsa FIES	12.519.978	12.163.774
Confissão de dívida em faturas	8.117.261	8.457.057
Bolsa restituível (b)	2.314.399	3.096.054
Cheques em cobrança	1.829.543	1.945.371
Bolsa Pronatec	292.107	292.107
Cheques a compensar	80.607	72.321
Créditos a receber - Cartão de crédito	13.322	25.002
Confissão de dívida em cheques (c)	5.592	204.551
Cheques devolvidos	2.546	8.445
Quero Pago a Apropriar	(677.136)	-
Perda de crédito estimada	(23.054.765)	(23.768.359)
	<u>24.612.716</u>	<u>29.513.161</u>

(a) O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

(b) As bolsas restituíveis eram concedidas a alunos que apresentavam dificuldades financeiras para pagamento das mensalidades escolares e que ingressaram neste programa obtendo um alongamento do prazo de pagamento. Nos últimos anos a instituição reduziu a concessão dessas bolsas, porque os alunos tem outras opções de financiamento de mensalidade.

(c) As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de estimativas de perda constituída sobre os cheques em cobrança e confissões de dívida.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Perda de crédito estimada - PCE

Descrição	2020	2019
Mensalidades a receber	(16.763.136)	(16.684.639)
Confissão de dívidas	(2.841.042)	(2.962.064)
Cheques e cobrança judicial	(1.832.089)	(1.953.815)
Bolsas restituíveis	(1.618.498)	(2.167.840)
	<u>(23.054.765)</u>	<u>(23.768.359)</u>

As estimativas de perdas de mensalidades foram constituídas a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério em função do atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%; e
- Abaixo de 89 dias o Instituto não constitui perda.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

5. Contas a receber

Descrição	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	1.760.728	1.338.772
Outros valores a receber	1.487.374	1.036.773
Policlinicas	490.386	386.040
Polos EAD	149.409	149.409
Adiantamento viagem	67.021	60.969
Adiantamento a funcionários	430.221	-
	<u>4.385.138</u>	<u>2.971.962</u>

6. Compromissos a receber

Descrição	2020	2019
Compromissos a receber	355.641.975	314.772.981
Total	<u>355.641.975</u>	<u>314.772.981</u>

2019	Concessões	Amortizações	Juros	PCLD	2020
314.772.981	73.214.576	(76.564.549)	40.745.529	3.473.438	355.641.975

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Os valores de compromissos a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

A administração mantém a gestão dos saldos dessas operações e vem adotando ações para redução do fluxo de concessões cujos resultados já obtidos são descritos na nota explicativa nº 30 de eventos subsequentes.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

7. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2020		2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		103.422.113		103.422.113	103.422.113
Edificações	4%	72.932.118	(12.560.789)	60.371.328	61.716.331
Equipamentos de informática	20%	24.506.387	(23.490.889)	1.015.498	1.337.549
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	18.176.473	(17.396.470)	780.003	935.808
Móveis e utensílios	10%	13.008.089	(12.735.285)	272.804	432.431
Máquinas e equipamentos	10%	7.981.320	(7.558.310)	423.010	607.815
Bibliotecas	10%	6.916.856	(6.386.537)	530.318	767.833
Equipamentos de ensino	10%	6.289.326	(6.267.839)	21.486	26.426
Instalações	10%	3.276.673	(3.265.126)	11.547	21.454
Laboratórios	10%	2.723.702	(2.684.481)	39.221	46.976
Equipamentos de comunicação	10%	1.121.464	(1.102.029)	19.434	15.951
Veículos	20%	453.130	(448.284)	4.847	6.627
Instrumentos musicais	10%	62.507	(62.251)	256	401
Imobilização em curso		17.614		17.614	17.614
		260.887.771	(93.958.291)	166.929.480	169.355.329

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

b. Movimentação do custo

Descrição	2019	2020			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Terrenos	103.422.113	-	-	-	103.422.113
Edificações	72.932.118	-	-	-	72.932.118
Equipamentos de informática	24.408.113	98.274	-	-	24.506.387
Benfeitorias em bens de terceiros	18.176.473	-	-	-	18.176.473
Móveis e utensílios	13.008.089	-	-	-	13.008.089
Máquinas e equipamentos	7.975.214	6.107	-	-	7.981.320
Bibliotecas	6.916.856	-	-	-	6.916.856
Equipamentos de ensino	6.289.326	-	-	-	6.289.326
Instalações	3.276.673	-	-	-	3.276.673
Laboratórios	2.723.702	-	-	-	2.723.702
Equipamentos de comunicação	1.114.020	7.444	-	-	1.121.464
Veículos	453.130	-	-	-	453.130
Instrumentos musicais	62.507	-	-	-	62.507
Imobilização em curso	17.614	-	-	-	17.614
	260.775.947	111.825	-	-	260.887.771

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

8. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de amortização	2020			2019
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	20%	23.136	(23.136)	- 0	-
Softwares	20%	6.211.027	(3.173.197)	3.037.830	2.699.545
Gastos implantação sistemas	20%	293.518		293.518	293.518
		6.527.682	(3.196.333)	3.331.349	2.993.064

Descrição	2019	2020			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Marcas e patentes	23.136	-	-	-	23.136
Softwares	5.703.235	507.792	-	-	6.211.027
Gastos implantação sistemas	293.518	-	-	-	293.518
	6.019.890	507.792	-	-	6.527.682

9. Direito de uso de ativos e arrendamentos a pagar

A NBC TG 06 (R2) (CPC 06) / IFRS 16 Arrendamentos substitui as normas de arrendamentos existentes: NBC TG 06 (CPC 06) Operações de Arrendamento e a ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento. A NBC TG 06 (R2) (CPC 06) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Isenções de adoção foram publicadas no texto da norma e dizem respeito a arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Resumo das avaliações feitas pela Instituição na adoção inicial da nova norma

A Instituição utilizou a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicou requerimentos da norma de arrendamento a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 01 de janeiro de 2019. Sendo assim, não serão reapresentadas informações e saldos em base comparativa.

Não foram reconhecidos, segundo as novas regras os contratos de curto prazo (de até 12 meses) e contratos cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor, utilizando, portanto, tais isenções previstas na norma. Tais contratos continuaram a ser contabilizados como despesas no resultado.

O Instituto amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento pelo prazo do contrato.

Na data de início, o Instituto mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, o Instituto utilizou a taxa de 5,2% a.a. para desconto a valor presente dos passivos de arrendamentos, que corresponde à média dos juros dos contratos de empréstimos bancários vigentes. O método adotado para cálculo da despesa de juros é o de juros simples.

De acordo com a norma IFRS 16 /CPC 06 (R2), um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação, com base nessa condição o Instituto registrou o contrato firmado com a Associação da Igreja Metodista, referente locação de dois imóveis para utilização em suas atividades educacionais na Rua do Sacramento, 230 e Rua Planalto, 125, projetando-o para um período de 10 anos.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Segundo a norma, os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais através do reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos a serem efetuados durante o prazo razoavelmente certo dos contratos.

A seguir a movimentação ocorrida em 2020:

Ativos	Custo	Amortização	Líquido
Edificações	37.767.745	(4.196.416)	33.571.329
	<u>37.767.745</u>	<u>(4.196.416)</u>	<u>33.571.329</u>

Direito de uso de ativos de arrendamentos

Movimentação dos Ativos direito de uso

Ativos	2019	Ajuste Aditivo	Amortização	2020
Edificações	43.467.903	(5.700.158)	-	37.767.745
(-)Amortização acumulada	(4.346.790)	4.346.790	(4.196.416)	(4.196.416)
	<u>39.121.113</u>	<u>(1.353.368)</u>	<u>(4.196.416)</u>	<u>33.571.329</u>

Obrigações por arrendamento de ativos

Movimentação das obrigações por arrendamento de ativos

Provisões arrendamento	2019	Transferência entre contas	Ajuste Aditivo	Juros provisão	Pagamentos	2020
Obrig de CP	3.611.389	3.577.476	(209.668)	1.828.603	(5.230.324)	3.577.476
Obrig de LP	36.421.302	(3.577.476)	(9.531.845)	7.476.567		30.788.547
	<u>40.032.691</u>	<u>-</u>	<u>(9.741.513)</u>	<u>9.305.170</u>	<u>(5.230.324)</u>	<u>34.366.024</u>

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Aging (cronograma de pagamentos)			
Vencimento	Valor Principal	Ajuste Valor Presente	2020
Circulante			
2021	5.230.324	(1.652.847)	3.577.477
Não circulante			
2022	5.230.324	(1.468.011)	3.762.313
2023	5.230.324	(1.273.625)	3.956.699
2024	5.230.324	(1.069.196)	4.161.128
2025	5.230.324	(854.204)	4.376.120
2026	5.230.324	(628.104)	4.602.220
2027	5.230.324	(390.323)	4.840.001
2028	5.230.324	(140.256)	5.090.068
	<u>36.612.268</u>	<u>(5.823.719)</u>	<u>30.788.549</u>
Total	<u>41.842.592</u>	<u>(7.476.566)</u>	<u>34.366.026</u>

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tx. de juros	Vencimentos	Garantias	2020	2019
Circulante					
Oikocredit	12,50% a.a.	18/05/2022	Hipotecas	14.064.017	14.754.508
Banco do Brasil S/A	4,90% a.a.	01/12/2019	Recebíveis	10.528.259	6.587.500
Banco Santander	6,00% a.a.	10/01/2022	Recebíveis	3.840.000	3.520.000
Banco Bradesco	5,59% a.a.	24/07/2024	Recebíveis	829.254	654.545
				<u>29.261.530</u>	<u>25.516.553</u>
Não circulante					
Banco Santander	6,00% a.a.	10/01/2022	Recebíveis	55.844.205	56.210.188
Banco do Brasil S/A	4,50% a.a.	05/11/2022	Recebíveis	15.792.389	20.795.833
Banco Bradesco	5,59% a.a.	24/07/2024	Recebíveis	2.170.746	2.345.455
				<u>73.807.340</u>	<u>79.351.476</u>

Restrições contratuais e *covenants*

A Instituição possui contrato de empréstimo com o Banco Santander S/A que contém determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (*covenants*).

A Administração da Instituição considera que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Instituição, e aplicou os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações dos CPC's aplicáveis.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Oikocredit Ecumneal Development Cooperative Society U.A - Covenants financeiros medidos anualmente:

Índice	Limite
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	≤ 1x
Lucro Líquido Positivo	≥ 1

No ano de 2019 e 2020, com base nos resultados projetados para o término do exercício fiscal, a Instituição verificou a possibilidade de não cumprimento (i) do índice de Lucro Líquido (ii) Dívida líquida / Patrimônio líquido. Diante disso, a Instituição iniciou tratativas relativas ao pedido de dispensa à observância deste índice e obrigação junto ao Oikocredit (agente do financiamento).

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2020	2019
FGTS a recolher	41.913.609	33.960.329
INSS a recolher	20.625.987	15.439.765
Salários e ordenados	18.087.963	8.757.908
Rescisões e homologações	8.758.249	6.890.867
13º Salário a pagar	7.276.880	4.665.046
Provisão de férias	6.173.720	5.839.468
Acordos trabalhistas	5.477.605	2.695.713
Férias a pagar	750.563	1.213.296
Contribuição Assistencial	588.385	484.378
Mensalidade Sindical	447.843	293.060
Serviços Avulsos s/vínculo	209.961	207.479
Pensão Alimentícia	93.012	36.924
Contribuição Sindical	60.000	51.253
Mensalidade Associativa	44.019	36.304
Estagiários	39.280	8.392
Consignações Financeiras de Empregados	-	729.845
	110.547.076	81.310.029

Diante à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcelamentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº30.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

12. Obrigações tributárias

Descrição	2020	2019
IRRF a recolher s/ salários	69.443.604	59.701.618
Pis / Cofins / CSLL s/ serviços	1.393.555	1.194.226
IRRF a recolher s/ serviços	468.920	412.137
INSS a recolher s/ serviços	377.683	280.783
ISS a recolher s/ serviços	185.080	158.581
Total	71.868.842	61.747.345

Diante à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações a administração pleiteia parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº30.

13. Provisões para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido desde 2016. As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

	2020			2019		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Circulante						
Trabalhistas	29.271.081	-	29.271.081	6.836.255	-	6.836.255
Tributário	-	-	-	4.900.929	-	4.900.929
Cível	932.370	-	932.370	2.620.867	-	2.620.867
	<u>30.203.451</u>	<u>-</u>	<u>30.203.451</u>	<u>14.358.050</u>	<u>-</u>	<u>14.358.050</u>
Não circulante						
Trabalhistas	20.591.835	14.780.062	5.811.773	11.023.844	7.070.559	3.953.285
Tributário	5.098.159	-	5.098.159	197.230	-	197.230
Cível	886.736	-	886.736	3.273.772	-	3.273.772
	<u>26.576.730</u>	<u>14.780.062</u>	<u>11.796.667</u>	<u>14.494.846</u>	<u>7.070.559</u>	<u>7.424.287</u>
Total CP+LP	<u>56.780.180</u>	<u>14.780.062</u>	<u>42.000.118</u>	<u>28.852.896</u>	<u>7.070.559</u>	<u>21.782.336</u>

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas. Para a elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, substanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	16.881.408
Movimentação líquida	25.118.711
Saldo em 31 de dezembro de 2020	42.000.118

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco adotada em 2019, prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2020	2019
Perdas possíveis	160.632.212	70.744.919

14. Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Associação da Igreja Metodista (a)	6.128.629	4.831.241
Contas a pagar polos regionais	2.894.745	1.944.782
Acordos Cíveis	2.748.387	-
Outros Valores - Compensação INSS	1.008.612	1.008.612
Seguros a pagar	28.763	-
Convênio CNPQ	5.502	17.094
Outros Valores - Apropriações Benefícios	-	535.018
Total	12.814.637	8.336.747

(a) Refere-se a contrato de locação de imóveis, utilizados para fins educacionais.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Diante à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar parte das obrigações contratuais de aluguel e de repasses aos polos de EAD, no entanto, foram feitas negociações para a continuidade dos contratos e a administração busca soluções para sua normalização, conforme as ações são demonstradas como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº30.

15. Parcelamentos

Descrição	2020	2019
Parcelamentos Circulante		
Acordo SABESP (a)	357.938	842.911
Parcelamento Lei PERT - 13.496/2017 (b)	132.018	67.478
Total	489.956	910.389
Parcelamentos Não Circulante		
Parcelamento Lei PERT - 13.496/2017 (b)	319.043	380.767
Total	319.043	380.767
Total geral	808.999	1.291.156

- (a) Em setembro de 2017, foi firmado um novo acordo junto a Sabesp referente as contas de saneamento do período de 2004 a 2013 em 28 parcelas. Acordo de parcelamento Sabesp (serviço de fornecimento de água) Processo Judicial 564.01.2005.026.205-0 Apelação 1187298-0/1;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017.

16. Compromissos a pagar

Descrição	2020	2019
Compromissos a pagar	51.018.943	40.515.814
Total	51.018.943	40.515.814

2019	Captações	Amortizações	Juros	2020
40.515.814	14.482.895	(11.172.123)	7.192.358	51.018.943

Os valores de compromissos a pagar em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

17. Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza, assim como superávits acumulados desde a data de sua constituição, mensurados e registrados em obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. Gratuidades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes para a Educação Básica e 1(uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes para a Educação Superior, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

	2020		2019	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos				
Número de alunos matriculados	9353	765	12410	1302
Número de alunos pagantes	5635	546	9058	1028
Quantidade de bolsistas gratuidade				
Bolsistas Integrais (100%)	1269	140	1809	185
Bolsistas Parciais (50%)	961	68	1015	122
Total bolsistas	2230	208	2824	307

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020			2019		
	Educação Superior	Educação Básica	Total	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade						
Bolsas Integrais (100%)	12.090.627	1.950.880	14.041.507	15.429.867	2.405.207	17.835.073
Recursos próprios	12.090.627	1.950.880	14.041.507	15.429.867	2.405.207	17.835.073
PROUNI	-	-	-	-	-	-
Bolsas Parciais (50%)	4.409.396	442.081	4.851.477	4.956.732	744.861	5.701.594
Recursos próprios	4.409.396	442.081	4.851.477	4.956.732	744.861	5.701.594
PROUNI	-	-	-	-	-	-
Valor total de Gratuidades	16.500.023	2.392.961	18.892.985	20.386.599	3.150.068	23.536.667
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)						
Educação Básica e Superior						
Outras Bolsas Integrais (100%)	7.312.565	760.544	8.073.109	7.586.245	935.399	8.521.644
Outras Bolsas Parciais (50%)	3.024.654	455.741	3.480.396	4.836.668	563.528	5.400.196
	10.337.219	1.216.285	11.553.504	12.422.913	1.498.927	13.921.840
Pós Graduação						
Outras Bolsas Integrais e Parciais	-	2.702.096	2.702.096	-	2.842.928	2.842.928
Valor total de Outras Bolsas	10.337.219	3.918.381	14.255.600	12.422.913	4.341.855	16.764.768
Total de Bolsas Concedidas	26.837.243	6.311.342	33.148.585	32.809.512	7.491.923	40.301.435

19. Receita operacional líquida

Descrição	2020	2019
Receita de ensino	137.644.782	184.779.972
Receita administrativa	519.810	1.468.321
	138.164.592	186.248.293
Deduções da receita		
Bolsas gratuidade	(18.892.985)	(23.536.667)
Outras Bolsas	(14.255.600)	(16.764.768)
Descontos concedidos	(13.931.458)	(13.435.662)
Receita operacional líquida	91.084.549	132.511.196

No ano de 2020 houve redução da receita, devido ao menor número de alunos matriculados, conforme informado na nota explicativa nº 18, no entanto, a instituição fez reduções nos custos e despesas para ter menos impacto no resultado. A administração vem implantando medidas para maior captação de alunos, conforme nota explicativa nº 1.3 Situação Financeira e Patrimonial e nº 30 Eventos Subsequentes.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

20. Custos de serviços prestados

Descrição	2020	2019
Salários	(37.805.643)	(41.396.657)
Encargos e Benefícios	(2.295.046)	(2.579.421)
Despesas gerais e administrativas	(685.011)	(397.058)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(220.512)	(377.566)
Outras despesas operacionais	(146.463)	(243.720)
Depreciação e Amortização	(95.297)	(98.196)
Total	(41.247.972)	(45.092.617)

Em 2020 houve redução dos custos, para adequação à redução da receita, conforme Nota Explicativa nº 19.

21. Despesas com pessoal

Descrição	2020	2019
Salários	(38.446.083)	(47.074.907)
Encargos e Benefícios	(11.058.885)	(11.314.282)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(276.744)	(446.172)
Total	(49.781.712)	(58.835.361)

Em 2020 houve redução de despesas com pessoal, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 19.

22. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2020	2019
Energia Elétrica	(1.542.227)	(2.496.786)
Serviços de Terceiros	(1.451.963)	(823.010)
Água	(1.428.470)	(1.804.147)
Impostos e Taxas	(419.201)	(288.818)
Manutenção e Conservação	(380.536)	(1.223.404)
Outras despesas	(357.885)	(504.189)
Telecomunicações	(304.770)	(486.349)
Material de Uso e Consumo	(248.374)	(817.546)
Material Clínico Hospitalar	(126.762)	(383.015)
Material Didático	(43.365)	(132.241)
Transporte em geral	(33.437)	(248.041)
Propaganda e Publicidade	(25.284)	(299.451)
Total	(6.362.274)	(9.506.996)

Em 2020 houve redução das despesas gerais e administrativas, devido ao

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

trabalho remoto e também para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 19.

23. Outras despesas

Descrição	2020	2019
Licença e manutenção do uso de softworks	(3.714.082)	(3.639.709)
Outras despesas operacionais	(968.883)	(857.922)
Contribuições a Associações	(200.679)	(317.420)
Alugueis	(225.535)	(631.026)
Consultorias	(402.828)	(269.892)
Lanches e Refeições	(44.004)	(176.034)
Serviços graficos	(30.679)	(127.913)
Viagens e Estadias	(837)	(84.444)
Total	(5.587.527)	(6.104.360)

24. Outras receitas

Descrição	2020	2019
Recebimentos diversos	-	15.802
Total	-	15.802

25. Despesas financeiras

Descrição	2020	2019
Juros e multas passivos (a)	(19.375.194)	(27.276.722)
Despesas bancárias	(3.294.069)	(4.262.449)
I.R.R.F s/ operações financeiras	(48.747)	(5.350)
Descontos concedidos	(906)	(3.868)
Iof / ioc	-	(8.110)
Variações monetárias	-	(25.090)
	(22.718.916)	(31.581.589)

(a) Deste montante, o valor de R\$ 7.192.358 refere-se à atualização das operações de mútuos realizadas com instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 16.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

26. Receitas financeiras

Descrição	2020	2019
Juros e multas passivos (a)	41.188.234	35.750.019
Descontos obtidos	914.452	19.382
Variações monetárias ativa	7.328	701
Juros futuros	247	26.234
Rendimentos s/ aplicações	63	158
	42.110.324	35.796.494

(a) Deste montante, R\$ 40.745.529 referem-se à atualização das operações de mútuos realizadas com instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 6.

27. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

28. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, assim como outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

30. Eventos Subsequentes

Recuperação Judicial

Em fevereiro de 2021 foi contratado o escritório Galdino e Coelho e em março de 2021 a empresa Alvarez & Marsal para conduzir e assessorar o processo de Recuperação Judicial das Instituições de Ensino da Educação Metodista.

Após análises, em razão dos dados efetivos, cenários atuais e futuros, entendeu-se pela necessidade do ingresso de Ação de Recuperação Judicial, aforando a demanda na vara especializada da Comarca de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, região que concentra o maior número de instituições metodistas de ensino.

Nesse sentido, em 13/04/2021, foi deferida medida cautelar antecedente ao Pedido de Recuperação Judicial, com vistas a obtenção de efeito suspensivo das ações executivas, bem como para viabilizar o preparo das Instituições para a Recuperação Judicial.

No dia 09/05/2021, foi deferido o pedido de Recuperação Judicial. Ato contínuo foi nomeada a empresa Medeiros & Medeiros Administração Judicial, como administrador judicial.

A empresa sobredita, em 28/07/2021 apresentou parecer ao plano de recuperação judicial (PRJ). Todos os encaminhamentos seguintes estão disponíveis no site do administrador judicial.

Em 09/10/2021, o juízo da Recuperação, deferiu a prorrogação do “stay period” por mais 180 dias, mantendo a “blindagem” sobre o patrimônio das Recuperandas.

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Em 17/11/2021, em complemento ao agravo interno, foi protocolado pelas recuperandas, ainda pendente de análise, pedido de SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DE 08/11/2021, que deferiu pedido de tutela de urgência apresentado pelo Banco Santander (Brasil) S/A ao Superior Tribunal de Justiça, para sustar o efeito suspensivo concedido ao recurso especial até julgamento pelo órgão colegiado. Tal recurso especial foi deferido em 09/09/2021 pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual manteve o prosseguimento do processo de recuperação judicial.

Após o deferimento da Recuperação Judicial, ocorrida em maio de 2021, houve negociação com fornecedores visando a continuidade das parcerias de fornecimento de insumos, prestação de serviços e licenças de softwares. Obtivemos êxito na perpetuação do quadro de fornecedores grandes e médios mesmo possuindo valores dentro do Plano de Recuperação Judicial, no caso de fornecedores de pequeno porte 95% dos mesmos aceitaram as condições para a continuidade da parceria entendendo que o soerguimento do agente econômico e perpetuação das operações ao longo do tempo permitirá o recebimento dos valores pretéritos e futuros.

Alternativas de captação de recursos financeiros, via operação de DIP Financing (debtor-in-possession) estão em tratativas, visando geração de recursos de capital de giro necessários ao fortalecimento e reorganização da prestação de serviços educacionais.

Transação Fiscal

A Transação Fiscal junto a PGFN e RFB visa o equacionamento do passivo tributário, além de permitir a retomada da regularidade fiscal das Instituições de Ensino, possibilitando como exemplo, a celebração de convênios com entes públicos, face a expedição de certidão negativa de débitos.

Em 13/05/2021 foi contratado o escritório Ramos e Zuanon Advogados com o propósito de assessorar as instituições pertencentes à Educação Metodista no levantamento e negociações dos débitos de natureza tributária (nas esferas federal e municipal), junto às respectivas procuradorias.

No dia 06/08/2021 foi apresentada proposta de transação tributária perante a Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região, posteriormente aditada, em 27/09/2021, para ajustar o cronograma de pagamento de acordo com exigência feita pelos procuradores encarregados da análise. No momento, aguardamos resposta da PFN sobre os termos apresentados.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Perda de crédito estimada (“PCR”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)**

financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCR para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Desempenho operacional na prestação de serviços educacionais

Permanentemente atuando na melhoria dos serviços e fortalecimento da instituição, destacamos novas ações tomadas em 2021:

- GT para proposta do Novo Ensino Médio. Em 2022, a Educação Metodista passará a ofertar o Novo Ensino Médio, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em cumprimento à legislação.
- Definição de projetos para 2022. Com início em março o projeto que irá enriquecer a oferta, sem impactar significativamente custos fixos. Os projetos são relacionados à tecnologia / programação, educação financeira e projetos literários.
- Mudanças estratégica na precificação e Catálogo de Incentivos (Descontos), com a perspectiva de sustentabilidade financeira para 2022.

Descontinuidade de unidades

Em 2021, devido a constante perda de alunos e o cenário financeiro agravado pela pandemia da COVID-19, as atividades operacionais do Colégio Metodista Itapeva foram encerradas.

Também ocorreu a desmobilização do Campus Vergueiro com a transferência dos cursos CST Logística, Recursos Humanos, Processos Gerenciais, Marketing e Gestão da Qualidade para o Campus Rudge Ramos.

31. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 03 de dezembro de 2021.

Ismael Forte Valentin
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 26/11/2021.
